

APRESENTANDO *CHAMA NEGRA*

Lucien van der Walt*

Iniciaremos [*Chama Negra*] com alguns episódios. De 6 a 12 de setembro de 1869, 75 delegados reuniram-se na Basileia, Suíça, para o quarto congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional. Representando organizações da classe trabalhadora da Áustria, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Espanha, Suíça e dos Estados Unidos, ele declarou-se favorável à propriedade coletiva. Proeminente entre os delegados, estava Mikhail Bakunin, imigrante e revolucionário russo, cujo nome era lendário em toda a Europa.

Em 11 de novembro de 1887, quatro militantes e sindicalistas [unionists]¹ foram enforcados em Chicago, Illinois. Subindo o cadafalso, August Spies declarou: “Virá um tempo em que nosso silêncio será mais poderoso que as vozes que vocês hoje sufocam!” Meio milhão de pessoas seguiram o cortejo funerário, uma multidão de 20 mil pessoas mobilizou-se em torno do cemitério e o Primeiro de Maio passou a ser considerado um dia internacional de recordação dos mártires de Chicago e de sua luta pelas oito horas de trabalho diárias.

Em 19 de junho de 1918, uma multidão de milhares de pessoas de maioria africana reuniu-se na Market Square, em Johannesburgo, África do Sul, sob as sombras de um lixão que cercava a cidade. Influenciados por radicais brancos e africanos, a multidão aprovou sob gritos as propostas para uma greve geral com vistas a um aumento de salário de um xelim ao dia. Embora a greve tenha sido cancelada na última hora, milhares de mineiros africanos saíram às ruas e enfrentaram a polícia armada.

¹ Há uma problemática complexa de tradução que se apresenta em todo esse texto. Em inglês, os termos “syndicalism” e “unionism” servem para designar dois tipos distintos de sindicalismo; o primeiro refere-se a um sindicalismo de intenção revolucionária, que, conforme argumentam adiante os próprios autores, constitui parte da “ampla tradição anarquista” e abarca estratégias como o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo; o segundo refere-se tanto ao sindicalismo anterior ao anarquismo, quanto ao sindicalismo reformista, desenvolvido em países como Inglaterra e Estados Unidos e que foi chamado, em algumas ocasiões, de “trade-unionism” ou simplesmente “unionismo”. Por razão desses dois últimos termos não serem correntemente utilizados no Brasil, optou-se pelas seguintes traduções dos termos relacionados: “syndicalism” foi traduzido como “sindicalismo de intenção revolucionária”; “unionism” foi traduzido simplesmente como “sindicalismo”, adicionando-se, entre colchetes, o termo original em inglês (“unionism”); os termos “syndicalists” e “unionists”, utilizados para se referir aos militantes dessas duas tradições sindicais, foram traduzidos como “sindicalistas”, sendo que, no caso dos segundos, colocou-se entre colchetes o termo original em inglês (“unionists”); nos casos em que o termo “syndicalist” adjetiva os próprios sindicatos (“syndicalist unions” etc.), optou-se por “sindicatos revolucionários”; o termo “union/s”, quando utilizado como substantivo (“sindicato/s”) e como adjetivo (“sindical/is”), foi assim mesmo traduzido. (N.T.)

Em 1923, na esteira do caos gerado pelo Grande Sismo de Kantô, o sindicalista [union militant] Ôsugi Sakae, a militante Ito Noe e um parente de seis anos de idade foram presos pela polícia militar em Tóquio. Foram espancados até a morte e, alguns dias depois, seus corpos foram encontrados em um poço.

Em 18 de julho de 1936, generais espanhóis anunciaram a formação de um governo militar. Quando as tropas avançaram sobre Barcelona, foram confrontadas por milícias armadas de trabalhadores e imensas multidões, tendo de recuar. Em alguns meses, imensas quantidades de terra e milhares de indústrias estavam sob controle direto de operários e camponeses.

Em outubro de 1968, 250 mil trabalhadores e estudantes reuniram-se na grande praça da Cidade do México em protestos contra o governo. Mobilizando a multidão, um orador atacou o regime de Gustavo Díaz Ordazo e invocou a memória do célebre revolucionário mexicano Ricardo Flores Magón, que morreu em 1922, em uma prisão no Kansas: “Flores Magón era um traidor?” 250 mil vozes responderam: “Não!” Mais tarde, helicópteros e tropas colocaram-se contra a multidão, deixando centenas de mortos no caminho.

A calma da tranqüila cidade de Seattle nos Estados Unidos foi abalada em 30 de novembro de 1999, quando centenas de milhares de ativistas, ambientalistas, manifestantes e sindicalistas [unionists] chegaram para contestar a abertura da conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um mar de gente forçou o cancelamento das cerimônias de abertura da conferência e milhões de espectadores testemunharam as manifestações, que terminaram se convertendo em confrontos dramáticos. No fim do “N30”, declarou-se estado de emergência civil e, na manhã seguinte, a cidade parecia um campo de guerra.

O que esses episódios têm em comum? O que une personagens como Bakunin, Spies, Ôsugi e Flores Magón e os vincula à Primeira Internacional, aos mártires de Chicago, aos sindicalistas revolucionários de Tóquio, aos militantes de Johannesburgo e da Cidade do México, aos revolucionários de Barcelona e a muitos dos manifestantes de Seattle? Todos eles constituem parte da história da ampla tradição anarquista; foram influenciados pela tradição que constitui o tema de nossos dois volumes.²

O “anarquismo” é freqüente e equivocadamente identificado com o caos, a desorganização e a destruição. O anarquismo é um tipo de socialismo contrário ao capitalismo

² *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* [Chama Negra: a política classista e revolucionária do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária] constitui o primeiro de dois volumes da série *Counter-power* [Contrapoder]; o segundo volume, ainda no prelo, intitula-se *Global Fire: 150 fighting years of international anarchism and syndicalism* [Fogo Global: 150 anos de luta internacional do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária]. (N.T.)

e ao latifundiarismo [landlordism], mas é, também, um tipo *libertário* de socialismo. No anarquismo, a liberdade individual e a individualidade são extremamente importantes, sendo melhor desenvolvidas num contexto de democracia e igualdade. Entretanto, nos atuais sistemas capitalista e latifundiário, os indivíduos estão divididos em classes, cujo fundamento encontra-se na exploração e no poder. Para acabar com essa situação é necessário engajar-se na luta de classes e buscar a revolução, criando uma sociedade socialista livre, fundada na propriedade comum, na autogestão, no planejamento democrático, realizado de baixo para cima, e na produção com vistas à necessidade e não ao lucro. Apenas uma ordem social desse tipo torna possível a liberdade individual.

O Estado, seja ele apresentado por meio de estrelas e listras ou por foices e martelos, é parte do problema. Ele concentra poder nas mãos dos poucos que se encontram no topo de sua hierarquia e defende o sistema que beneficia uma classe dominante de capitalistas, latifundiários e gestores do Estado. O Estado não pode ser utilizado para a revolução, visto que ele mesmo cria elites dominantes – precisamente o sistema de classes que os anarquistas querem abolir. Para os anarquistas, a nova sociedade não terá classes, será igualitária, participativa e criativa, aspectos incompatíveis com o aparelho de Estado.

Sendo assim, “todo anarquista é um socialista, mas nem todo socialista é um anarquista”. (Fischer, 1971, p. 78) Desde seu surgimento, o socialismo vem se dividindo em duas tendências principais: o socialismo libertário, que rejeita o Estado e a hierarquia de maneira geral; e o socialismo político, que defende “uma batalha política contra o capitalismo promovida por meio de [...] partidos operários centralmente organizados e com o objetivo de tomar e utilizar o poder de Estado para promover o socialismo”. (Thorpe, 1989, p. 3) O anarquismo é um exemplo da primeira tendência; o marxismo clássico é um exemplo do socialismo político revolucionário e a social-democracia defende um socialismo político pacífico e gradualista.

Para o anarquismo, a luta da classe trabalhadora e do campesinato, as “classes populares”, pode, por si só, modificar fundamentalmente a sociedade. Esses dois grupos constituem a grande maioria da humanidade e são os únicos com um interesse básico na mudança da sociedade e com o poder de fazer isso. A emancipação das classes populares – e, conseqüentemente, a criação de uma sociedade livre e a emancipação de todos os seres humanos – deve ser empreendida por essas próprias classes. As lutas contra as injustiças econômicas, políticas e sociais do presente devem ser empreendidas de baixo para cima, por pessoas “comuns”, ser organizadas democraticamente, fora do Estado, dos grandes partidos políticos e contra eles.

Ao ressaltar a liberdade individual, e por acreditar que tal liberdade é somente realizada por meio da cooperação e da igualdade, o anarquismo enfatiza a necessidade de organizar as classes populares em movimentos democráticos, participativos, e também o significado da ação direta. Torna-se crucial construir movimentos capazes de desenvolver um contrapoder para confrontar e suplantiar o poder da classe dominante e do Estado. Ao mesmo tempo, é essencial criar uma contracultura popular revolucionária que se oponha aos valores da sociedade de classes, por meio de uma nova perspectiva, cujos fundamentos estão na democracia, na igualdade e na solidariedade.

Para nós, a linha mais importante do anarquismo foi sempre o sindicalismo de intenção revolucionária: a posição de que os sindicatos – construído por meio de lutas diárias, práticas radicalmente democráticas e educação popular – são alavancas cruciais da revolução e podem servir como o núcleo de uma ordem livre e socialista. Por meio de uma greve geral revolucionária, que tenha por base a ocupação dos lugares de trabalho, os trabalhadores estarão aptos para tomar o controle da produção e reorientá-la às necessidades humanas e não ao lucro. O sindicalismo de intenção revolucionária considera que um sindicalismo [unionism] radicalmente democrático pode prefigurar o novo mundo e busca organizá-lo além das fronteiras e promovendo uma contracultura popular e revolucionária. Ele rejeita formas burocráticas de sindicalismo [unionism], assim como a noção de que os sindicatos devem preocupar-se apenas com questões econômicas ou com a eleição de partidos políticos que favoreçam os trabalhadores.

Há muitos debates e diferenças entre o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária, mas há idéias centrais suficientemente coerentes que permitem concebê-los como parte de uma “ampla tradição anarquista”. Ao passo que essa tradição compartilha princípios e objetivos comuns, ela também se caracteriza por uma grande diversidade e por debates relevantes sobre táticas, estratégias e aspectos da sociedade futura. Para lutar no presente, aprender com o passado e criar o futuro, o anarquismo reivindica o racionalismo, o pensamento crítico, a ciência e os une a uma paixão pela justiça e pela criação de um mundo e uma comunidade humana universal livres das desigualdades e hierarquias econômicas e sociais.

A ampla tradição anarquista enfatiza a questão de classe, mas isso não pode ser confundido com um obreirismo [workerism] grosseiro, que transforma em fetiche operários fabris masculinos, com pesadas botas e grandes capacetes. A classe trabalhadora e o campesinato são compreendidos em termos amplos: a classe trabalhadora inclui todos os assalariados que não possuem controle sobre seu próprio trabalho, sejam eles empregados na

agricultura, na indústria ou nos serviços, incluindo trabalhadores temporários e informais, assim como suas famílias e os desempregados; o campesinato inclui todos os pequenos agricultores submetidos ao controle e à exploração de outras classes, inclusive meeiros e arrendatários.

A ênfase na questão de classe também não significa um foco restrito na economia. O que caracteriza a ampla tradição anarquista não é o economicismo, mas uma preocupação com a luta contra muitas injustiças do presente. Assim como as classes populares são internacionais, multinacionais e multi-raciais, o anarquismo é internacionalista e enfatiza os interesses de classe que são comuns em todo mundo, independente de fronteiras, culturas, raça e sexo. Para os anarquistas, um trabalhador em Bangalore possui mais em comum com um trabalhador em Omsk, Johannesburgo, Cidade do México ou Seul, do que com a elite indiana. A retumbante frase de Karl Marx, “trabalhadores de todos os países, uni-vos!” é tomada em seu sentido mais literal e direto.

Criar um movimento mundial implica, por sua vez, levar a sério os problemas específicos enfrentados por grupos particulares, como nos casos da opressão de nacionalidade, raça e gênero, e conectar suas lutas pela emancipação à luta de classes universal. Na ampla tradição anarquista há um poderoso impulso anti-imperialista, antimilitarista, anti-racista e feminista – “feminista” no sentido da promoção da emancipação da mulher –, sempre dentro de uma perspectiva classista.

Nosso projeto

Queremos olhar para as idéias e para a história da ampla tradição anarquista desde seu surgimento. Trata-se de uma tradição rica em idéias e que teve um enorme impacto na história dos movimentos operários e camponeses, assim como na história da esquerda de maneira geral. Embora a ampla tradição anarquista tenha recebido mais atenção nos últimos anos por razão do papel proeminente dos anarquistas no movimento “antiglobalização” e do renascimento de correntes importantes do sindicalismo de intenção revolucionária [syndicalist union currents], suas idéias e sua história, ainda hoje, não são bem conhecidas. Em muitos casos, uma apreciação adequada das idéias e das atividades do movimento tem sido obscurecida pelos estudiosos e pela imprensa, que não lhe são simpáticos; no entanto, o problema é mais profundo. Mesmo as produções simpáticas frequentemente interpretam mal as idéias centrais e subestimam o alcance histórico da ampla tradição anarquista.

Em nossos dois volumes, empreendemos várias tarefas centrais: recusamos muitas posições comumente sustentadas sobre o anarquismo e o sindicalismo de intenção

revolucionária, reexaminamos as idéias da ampla tradição anarquista e realizamos uma síntese da história global do movimento. Ao fazer isso, preocupamo-nos, em parte, em demonstrar que compreender o papel do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária é indispensável para compreender a história moderna. Simplesmente não se pode compreender adequadamente a história, por exemplo, dos sindicatos na América Latina ou as lutas camponesas no leste asiático, sem tomar em conta seriamente o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária. A história da ampla tradição anarquista é parte integrante – mas, com frequência, esquecida – da história popular e socialista. Além disso, ela constitui um corpo fascinante de pensamento e história.

O primeiro volume concentra-se em várias áreas principais. Primeiro, ele define o anarquismo e esboça suas principais idéias, desenvolvendo o argumento de que o anarquismo é uma forma de socialismo libertário e revolucionário, que surge, inicialmente, dentro da Primeira Internacional. Esse volume examina, em seguida, a relação entre o anarquismo e outras idéias, particularmente as posições de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), dos marxistas clássicos e do liberalismo econômico. Em terceiro lugar, ele investiga a relação entre o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária. Analisa, então, os maiores debates estratégicos e táticos do movimento. Em seguida, o primeiro volume discute alguns dos maiores temas na história dessa tradição, como seu caráter classista, juntamente com seu papel nas lutas sindicais, camponesas, comunitárias, de desempregados, de libertação nacional, de emancipação da mulher e de igualdade racial. Em sexto lugar, ele sustenta que a ampla tradição anarquista foi um movimento internacional que não pode ser adequadamente conhecido com um foco exclusivo no anarquismo ocidental, típico na maioria das abordagens existentes. Finalmente, ele sugere que uma compreensão adequada da ampla tradição anarquista pode ser importante para inspirar as lutas progressistas contra o neoliberalismo contemporâneo.

Rejeitamos a posição de que personagens como William Godwin (1756-1836), Max Stirner (1806-1856), Proudhon, Benjamin Tucker (1854-1939) e Liev Tolstói (1828-1910) constituem parte da ampla tradição anarquista. Rejeitamos também a noção de que as correntes anarquistas podem ser encontradas em toda a história; o movimento anarquista só surgiu nos anos 1860, como um setor do movimento operário e socialista. Se excluirmos Godwin e outros, por motivos que serão apresentados, incluimos sob o título da ampla tradição anarquista sindicalistas como Daniel de Leon (1852-1914), James Connolly (1868-1916) e William “Big Bill” Haywood (1869-1928). Entretanto, os personagens-chave na

definição do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária são Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921).

A ampla tradição anarquista foi profundamente influenciada tanto por Proudhon quanto por Marx, mas suas perspectivas foram muito além das idéias e dos objetivos de ambos, centrando-se em uma política internacionalista que buscou tratar de uma vasta gama de questões sociais, dentro de uma perspectiva classista, constituindo, em termos históricos, principalmente, um movimento da classe trabalhadora, ainda que os camponeses tenham tido um importante papel. Se damos grande atenção ao sindicalismo de intenção revolucionária em nosso trabalho é porque esse sindicalismo é central para a história da ampla tradição anarquista. Quando falamos de sindicalismo de intenção revolucionária, nos referimos a um movimento sindical revolucionário [revolutionary union movement] capaz de levar a cabo um amplo conjunto de táticas e ações: esse sindicalismo não deve ser reduzido às políticas de formação de novos sindicatos, já que muitos sindicatos revolucionários foram criados a partir da apropriação e do revolucionamento de sindicatos existentes.

Contrariamente à posição de que o anarquismo “nunca foi mais do que uma atração das minorias” (Kedward, 1971, p. 120), o primo pobre de outras tradições da esquerda, demonstramos que movimentos de massa anarquistas e sindicalistas de intenção revolucionária surgiram em uma série de regiões, notavelmente em partes da Europa, das Américas e do leste asiático. Tendo traçado esse quadro nesse volume, dedicamo-nos, no volume 2, ao desenvolvimento de uma história global da ampla tradição anarquista. O volume 1 observa a política classista que abastece de combustível a chama negra da ampla tradição anarquista e examina como essa chama foi acesa. O volume 2 explora o fogo global das lutas anarquistas e sindicalistas durante os últimos 150 anos.

Nesses dois volumes, utilizamos uma distinção básica de princípios (as idéias centrais da ampla tradição anarquista), estratégias (abordagens amplas para implementar as proposições anarquistas) e táticas (escolhas de curto prazo realizadas para implementar a estratégia). O que objetivamos realizar nesses dois volumes é, em resumo, combinar uma história e uma análise que examine as políticas da ampla tradição anarquista, que discuta as vidas e lutas de anarquistas e sindicalistas, assim como seus movimentos, e que demonstre a importância histórica da ampla tradição anarquista.

Para além do capitalismo: história, neoliberalismo e globalização

Estamos também persuadidos de que os 150 anos de história do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária interessam a muitas pessoas no mundo de hoje – um

mundo marcado, por um lado, por pavorosas injustiças, graves desigualdades e hipocrisias políticas, e, por outro, por milhões de pessoas buscando uma alternativa. O que existe agora, um dia será história; é um dever daqueles que almejam algo melhor garantir que o futuro será melhor do que o presente. A sombria recordação dos regimes soviéticos, o declínio do Estado de bem-estar social e as crises econômicas e ambientais que afligem o mundo dificultam a busca por alternativas. O mantra dos anos 1990, de que “não há alternativa” ao capitalismo liberal, foi, nos rastros de Seattle e de outras lutas, substituído pela consigna mais otimista “outro mundo é possível”. Mas, que tipo de mundo? E, como criá-lo? Acreditamos que as idéias e a história da ampla tradição anarquista podem contribuir significativamente com os movimentos progressistas dos anos vindouros. Um movimento multi-racial e internacional, com um profundo estímulo feminista, um movimento com destaque nas lutas sindicais, operárias e rurais, priorizando a razão sobre a superstição, a justiça sobre a hierarquia, a autogestão sobre o poder de Estado, a solidariedade internacional sobre o nacionalismo, a comunidade humana universal sobre o paroquialismo e o separatismo – o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária são isso e muito mais.

O século XXI é um mundo de extremos. Um de seus aspectos mais impressionantes é um crescimento paulatino da desigualdade dentro dos países e entre eles. Em 1996, a soma das fortunas das 358 pessoas mais ricas do mundo, todas bilionárias, era igual à renda total de 45% da população do mundo, por volta de 2,3 bilhões de pessoas. (UNDP, 1996, p. 13) A parcela da riqueza mundial possuída pelos 20% mais ricos cresceu de 70%, em 1960, para 85%, em 1991. (Moody, 1997, p. 54) Os Estados Unidos, cujo Estado e a economia industrial são os mais poderosos da história, possuem um nível de desigualdade mais alto que a esforçada Nigéria e sua desigualdade de renda é a mais alta desde os anos 1920. (Yates, 2004, p. 38) A riqueza é esmagadoramente concentrada nas mãos de poucos, com os 1% mais ricos tendo uma renda igual aos 40% mais pobres: “Os Estados Unidos possuem uma renda *per capita* maior que outros países desenvolvidos [...], principalmente porque nossos ricos são muito mais ricos.” (Krugman, 2002) O colapso das economias centralmente planejadas do velho bloco soviético assistiu o número de pessoas vivendo na extrema pobreza nessas regiões crescer de 14 para 168 milhões. (Davis, 2004, p. 22) A desigualdade tornou-se mais profunda na Ásia e na América Latina; somente na China, 350 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza. (Yates, 2004, p. 42) A maior parte da África está excluída da economia mundial, com rendas médias menores do que nos tempos coloniais. (Saul; Leys, 1999, pp. 13-30)

Em 1996, quase um bilhão de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas em todo o mundo; o desemprego era mais alto nos países agrominerais e semi-industriais, mas muitas economias altamente industrializadas tinham taxas de desemprego acima de 10%. (Moody, 1997, p. 41) Pressões enormes sobre o campesinato, particularmente com a transformação dos latifundiários em capitalistas agrícolas, levaram a uma urbanização massiva nunca antes vista; pela primeira vez, a população mundial é predominantemente urbana. Pelo menos um terço dos três bilhões de habitantes urbanos do mundo vive atualmente em favelas com, talvez, 250 mil favelas em todo o mundo; estima-se que, em 2020, metade da população urbana poderá estar vivendo na extrema pobreza em um “planeta favela”. (Davis, 2004, pp. 5, 13-14, 17) A classe trabalhadora moderna cresceu enormemente, tornando-se a maior classe da história, em parte devido à industrialização de grande parte da Europa Oriental, da Rússia, do leste asiático, do sul da África e da América Latina. Há, na atualidade, mais trabalhadores industriais na Coreia do Sul do que havia no mundo inteiro quando Marx e Friedrich Engels escreveram o *Manifesto Comunista*, em 1848, e os trabalhadores industriais são apenas uma parte da classe trabalhadora. Com talvez 2 bilhões de membros, a classe trabalhadora é, agora, sem dúvidas, a maior classe da história humana. (Harman, 1999, pp. 614-615)

Sustentando as crescentes divisões de classe encontra-se um conjunto mais amplo de processos de reestruturação internacional. Dos anos 1930 aos 1970, o mundo poderia ser razoável e claramente dividido em três zonas principais: o “Primeiro Mundo”, do capitalismo avançado, cada vez mais baseado em economias mistas e no estado de bem estar keynesiano; um “Segundo Mundo”, de economias centralmente planejadas que se descreviam como “socialistas”; e o “Terceiro Mundo”, que compreendia grande parte do antigo mundo colonial e onde predominaram políticas de industrialização baseadas em substituição de importações e economias fechadas, promovidas por regimes nacionalistas e populistas. Num processo iniciado em meados dos anos 1970 e que ganhou força durante os anos 1980 e 1990, todas as regiões do mundo começaram a convergir para um único modelo de acumulação capitalista, conhecido como neoliberalismo.

Valendo-se diretamente das idéias dos economistas clássicos e neoclássicos encabeçados por Adam Smith – ou seja, da tradição do liberalismo econômico –, os neoliberais sustentavam que a busca implacável do lucro impulsionaria o crescimento econômico e a criação de sociedades livres e equitativas. (Cf. Smith, 1981) Em outras palavras, a promoção aberta dos interesses privados poderia, por meio de um mercado livre, criar maiores benefícios sociais. Deveria haver um Estado forte e enxuto, capaz de reforçar a

lei e a ordem, assim como os direitos de propriedade; o Estado deveria impedir o monopólio, emitir moeda, tratar das externalidades e dos bens públicos quando fosse necessário, mas não estabelecer restrições como salários mínimos, sistemas amplos de bem-estar, controle de preços, taxaço progressiva, asilos estatais, sindicatos fortes e medidas do tipo.³ No contexto de uma crise econômica global que começava nos anos 1970, da integração crescente de diferentes economias nacionais, de uma crise da esquerda que surgia com o declínio do bloco soviético, da incapacidade da social-democracia e da industrialização baseada em substituição de importações em retomar o crescimento econômico, o neoliberalismo tornou-se o modelo de política econômica dominante em todo o mundo.

O fato de que essas políticas – conhecidas por vários termos como racionalismo econômico, monetarismo, terapia de choque, *reaganomics*, *thatcherism* e ajuste estrutural – provavelmente aumentariam a desigualdade não surpreende: elas estão associadas à precarização do trabalho, à comoditização e à privatização de bens públicos e recursos naturais, ao livre comércio e à desindustrialização, à expansão das corporações transnacionais que incluem o agronegócio, ao aumento do desemprego, aos cortes substanciais nos serviços públicos; tudo isso criando, nas palavras de Pierre Bourdieu (1998, p. 3), uma “utopia de uma exploração sem limites”.

A importância da ampla tradição anarquista, nesse contexto, é clara. É surpreendente observar que ainda não surgiu uma alternativa popular e coerente ao neoliberalismo. Poder-se-ia esperar que o impacto do neoliberalismo nas classes populares e a massiva polarização social, juntamente com o vasto crescimento da classe trabalhadora e da população urbana com a qual ela está relacionada, deveriam conduzir a uma generalização das lutas de classes e a uma política popular radical, ou mesmo revolucionária. Isso não ocorreu. Desde o início, o neoliberalismo encontrou oposição popular: as “revoltas” contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) na África e na América Latina nos anos 1980, o levante zapatista no México em 1994, as greves massivas na França e em outras localidades nos anos seguintes, o movimento antiglobalização, que conquistou a opinião pública, em 1999 em Seattle. Esses protestos demonstram um crescente desencantamento com o atual estado do mundo e mostram, cada vez mais, uma oposição visceral ao capitalismo que não era vista há décadas; no entanto, essas lutas não estão vinculadas a um projeto sistemático, que coloca a necessidade de substituir o neoliberalismo ou o capitalismo que o sustenta por uma ordem social diferente.

³ Declarações fundamentais dessa posição incluem: Mises, 1981; Hayek, 1944; Friedman, 1962.

Em muitos casos, “pelo menos neste momento, as propostas são de reforma, não de revolução”. (Hopkins, 2002, p. 19) As lutas na África contra os programas de ajuste estrutural concebidos pelo FMI e pelo Banco Mundial nos anos 1980 e 1990, por exemplo, rejeitaram as medidas neoliberais e seus efeitos, mas direcionaram sua atenção às reivindicações pela democracia parlamentar. Porém, ainda que os movimentos tenham tido bastante sucesso na conquista de reformas, eles nunca desenvolveram políticas de transformação social; sua preocupação foi conquistar uma estrutura para o debate democrático, ainda que eles nunca tivessem posições reais para a articulação dentro dessa estrutura. Foi também muito freqüente os movimentos populares, liderados em vários casos pelos sindicatos, terminarem elegendo novos partidos para trabalhar em plataformas vagas – partidos que, na prática, continuaram simplesmente a implementar a agenda neoliberal.

O colapso de grande parte do antigo Segundo Mundo, o bloco soviético, oferece uma explicação parcial para a falta de substância de uma política popular. Esses desenvolvimentos abalaram toda uma geração que identificava o socialismo com o modelo soviético. Ao mesmo tempo, a social-democracia sofreu um duro golpe pela incapacidade manifestada pelos estados de bem-estar social keynesianos em restaurar o crescimento econômico, reduzir o desemprego ou financiar efetivamente as medidas de bem-estar; a maioria dos partidos social-democratas foi conduzida ao neoliberalismo durante os anos 1990. No mundo pós-colonial, o modelo baseado na substituição de importações começou a se desintegrar a partir dos anos 1970. Incapazes de gerar emprego e proporcionar condições mínimas de bem-estar, os antigos regimes nacionalistas e populistas também entraram em colapso ou adotaram o ajuste estrutural e vincularam-se ao FMI.

Em resumo, as políticas estatistas, hegemônicas entre as classes populares dos anos 1930 aos anos 1970, provaram-se incapazes de solucionar a crise econômica internacional. A era do neoliberalismo foi associada à rápida integração das economias em todo o mundo e isso evidencia um outro fracasso das antigas posições, que confiaram na gestão estatal de economias relativamente fechadas. A planificação centralizada, o Estado de bem-estar social ocidental e a industrialização baseada na substituição de importações foram todos mal sucedidos ao lidar com o capitalismo crescentemente globalizado. Em um notável artigo, o conservador Francis Fukuyama (1989, pp. 3, 4, 12) descreveu o período posterior ao colapso da URSS como o “fim da história”, “a vitória impassível do liberalismo econômico e político” e “o ponto final da evolução ideológica humana”. Há muitos problemas em sua análise, mas não se pode seriamente questionar o fato de que os anos 1990 caracterizaram-se por uma

“exaustão total de alternativas sistemáticas ao liberalismo ocidental”. Os antigos projetos de esquerda e nacionalistas não eram mais desejáveis e nem factíveis.

O Estado, responsável por facilitar essas medidas, mostrou-se incapaz; suas alternativas à economia liberal foram insuficientes. Como resultado, a oposição popular às políticas neoliberais permaneceu incapaz de confrontar efetivamente a ordem neoliberal. De um lado, a crise das políticas progressistas e populares possibilitou a aceleração contínua da agenda neoliberal; uma política radical efetiva poderia ter interrompido a agenda neoliberal em seu início. Por outro lado, isso fez com que as lutas contra o neoliberalismo tendessem a ser, principalmente, defensivas e dirigidas aos efeitos e não às causas do neoliberalismo, sem apresentar soluções efetivas e duradouras. Essas lutas tendem a ser limitadas, esporádicas, e, no melhor dos casos, a visar reformas moderadas (ainda que importantes) que não detêm o neoliberalismo, como é o caso dos movimentos pró-democracia.

Mesmo com todas suas limitações, os movimentos pró-democracia da África, da Ásia e da América Latina, assim como os da Europa Oriental depois de 1999, pelo menos possuem uma perspectiva bastante progressista. O lado sombrio da crise geral das políticas populares progressistas tem sido uma rápida e assustadora ascensão de movimentos massivos de direita, nacionalistas e religiosos, como o fundamentalismo cristão e hindu, o islamismo radical e o neofascismo. De orientação antidemocrática, antimoderna e anti-secular, esses movimentos não trarão nada além de infundáveis conflitos étnicos e raciais, regimes autoritários e uma época de reação comparável aos anos mais obscuros de meados do século XX. Sua ascensão foi possibilitada precisamente pelo colapso de alternativas progressistas; o fato de parte da autodeclarada esquerda defender e mesmo trabalhar com essas correntes reacionárias, considerando-as “anti-imperialistas”, é, em si mesmo, um sinal da crise da esquerda.

É aqui que a ampla tradição anarquista pode fazer uma contribuição real. Ela fornece um rico repertório de idéias e ações que são particularmente apropriadas para os tempos presentes. Por um lado, ela pode ter um papel central na renovação do projeto socialista. O fato de o modelo do bloco soviético ter fracassado em muitos aspectos nem é mais motivo de grande controvérsia na esquerda. Ele não era democrático, igualitário ou emancipatório; olhando para trás, há poucas dúvidas de que ele fundamentava-se em um sistema de classes reforçado por uma repressão contínua. Isso não significa, entretanto, que o capitalismo, particularmente em sua forma neoliberal, ofereça algo melhor, que ele seja capaz de resolver os imensos problemas sociais que confrontam a humanidade – alienação, desigualdade, injustiça e pobreza – ou que ele possa afastar o terrível espectro do planeta favela.

Tomando seriamente as grandes promessas do Iluminismo (igualitarismo, liberdade individual, democracia, racionalismo e progresso) e oferecendo elementos de análise, estratégia e tática para concretizar essas promessas, a ampla tradição anarquista pode realizar muitas contribuições ao atual impasse dos movimentos de trabalhadores e camponeses. Conforme mencionado anteriormente, a ampla tradição anarquista surgiu como um movimento da classe trabalhadora e do campesinato; uma investigação de suas idéias e de sua história tem muito a ensinar às lutas contemporâneas contra o neoliberalismo. Sem uma alternativa progressista de esquerda, as lutas contemporâneas contra o neoliberalismo serão, sem dúvidas, incapazes de colocarem realmente em xeque o sistema capitalista, que permitiu a ascensão do neoliberalismo.

Rejeitar a “frequente suposição de que o socialismo revolucionário é, em geral, abarcado pelo termo ‘marxismo-leninismo’”, torna possível redescobrir tradições alternativas, socialistas e libertárias, como o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária. (Schechter, 1994, pp. 1-2) “Evocar o anarquismo, que foi suprimido pelo marxismo leninista”, argumenta Arif Dirlik (1991, pp. 3-4; 7-8), é repensar o significado e as possibilidades da tradição socialista e “evocar os ideais democráticos para os quais o anarquismo [...] serviu de repositório”. Em um mundo em que o nacionalismo e o preconceito racial parecem endêmicos, e não menos entre muitos membros da esquerda, o internacionalismo consistente da ampla tradição anarquista também merece ser redescoberto.

Isso significa uma redescoberta mais geral do socialismo libertário. A social-democracia – ou o socialismo parlamentar, a corrente moderada do socialismo político associada à organismos como o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha e o Partido Socialista na França – almejava um “arranjo gradativo por meio da organização e da legislação” em vez da “expropriação violenta, instantânea e universal”. (Bernstein, 1993, p. 158) Ela adotou, desde os anos 1930, a teoria do capitalismo administrado de John Maynard Keynes e esteve associada com a implementação de Estados de bem-estar social abrangentes em países ocidentais. Contudo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, a globalização econômica, o declínio do crescimento econômico e o impulso das classes dominantes na implementação do neoliberalismo solaparam as bases para as reformas social-democratas: um *boom* econômico capaz de financiar a redistribuição, uma economia fechada que pudesse ser gerida em linhas keynesianas e uma classe dominante decidida a fazer grandes concessões às classes populares. Por volta dos anos 1990, a maioria dos partidos social-democratas tinha aderido ao neoliberalismo.

Finalmente, é importante notar que o período glorioso do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, que vai de meados dos anos 1890 a meados dos anos 1920, foi levado a cabo num período inicial da globalização, marcado por altos níveis de integração econômica internacional, livre comércio, imigração, rápidos avanços nas telecomunicações, nos transportes, e pelo surgimento de instituições supranacionais, incluindo as primeiras corporações transnacionais.⁴ Mesmo que esse seja um período distante no tempo, em muitos aspectos ele não difere tanto do mundo neoliberal do século XXI. A maneira com que a ampla tradição anarquista respondeu a esse período inicial da globalização relaciona-se diretamente às preocupações atuais dos movimentos “antiglobalização”, particularmente num contexto em que as abordagens estatistas, hegemônicas em grande parte do século XX, revelaram-se tão insuficientes.

Repensando a ampla tradição anarquista

Houve um ressurgimento do sindicalismo de intenção revolucionária depois do restabelecimento da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) na Espanha, em 1977, e um rápido crescimento do anarquismo nos anos 1990, notavelmente no âmbito do movimento antiglobalização contemporâneo, que atraiu muitas pessoas. (Epstein, 2001, pp. 1-14; Graeber, 2002, pp. 61-73) Por volta de 2004, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) espanhola, sindicalista revolucionária, representava aproximadamente 2 milhões de trabalhadores, de acordo com o sistema de relações industriais vigente no país.⁵

Ainda assim, o sindicalismo de intenção revolucionária e o anarquismo nem sempre têm sido levados a sério e são, com frequência, mal compreendidos. [Em *Chama Negra*], rejeitamos a posição de que a ampla tradição anarquista constitui um regresso atávico ao mundo pré-capitalista e sustentamos que ela foi uma resposta à ascensão do capitalismo e do Estado moderno, que suas origens estão nos anos 1860 e que ela surgiu nos movimentos modernos e socialistas da classe trabalhadora, dos quais ela constituiu parte integrante. Também contestamos a posição de que qualquer filosofia ou movimento que se oponha ao

⁴ “Período glorioso” é um termo de H. Beyer-Arnesen (1997-1998, p. 20). De 1870 a 1914, por exemplo, o comércio mundial e os níveis de produção cresceram constantemente em 3,5% e 3,45%, respectivamente, com os maiores poderes desenvolvendo o comércio e chegando a taxas de crescimento do produto interno bruto que excederam 35% (por volta de 44% no caso da Inglaterra). As taxas de 1913 não foram, em geral, atingidas até meados dos anos 1990. Nesse período inicial, os afluxos de capitais (tanto os investimentos diretos na produção, quanto o investimento em ativos financeiros) chegaram a proporções só atingidas nos fins dos anos 1990. Ver, entre outros: Hobsbawm, 1977; Hirst, 1997, p. 411.

⁵ Depois do processo de eleição sindical no setor público e privado em 2004, ela passou a representar por volta de 1 milhão de trabalhadores através das eleições aos comitês industriais, além de 600 mil trabalhadores em negociações coletivas e 300 mil em empresas terceirizadas menores, com uma média de 560 trabalhadores por local de trabalho em que ela atuava. Isso fez da CGT a terceira maior federação sindical da Espanha. (AL, 2004)

Estado ou que defenda a liberdade individual possa ser considerado anarquista. O anarquismo constitui parte da corrente libertária do socialismo e surge na Primeira Internacional, que durou de 1864 a 1877. Se o marxismo clássico teve Marx e Engels, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária foram formulados principalmente por dois grandes personagens, Bakunin e Kropotkin.

Discordamos da posição comum de que o anarquismo “converteu-se em um movimento de massas na Espanha, com um alcance nunca atingido em outros lugares”. (Joll, 1964, p. 224) Esse é o argumento comum da “excepcionalidade espanhola”. Na ampla tradição anarquista, os movimentos de massas desenvolveram-se em muitos países e o movimento espanhol não foi, de maneira alguma, o maior. Os sindicatos revolucionários espanhóis do século XX, que representavam apenas metade dos trabalhadores espanhóis organizados, se considerados em relação ao tamanho da classe trabalhadora e do movimento organizado de trabalhadores, eram *menores* que os movimentos de vários países: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai, onde a ampla tradição anarquista foi hegemônica em praticamente todo o movimento operário.

Justificando sua pesquisa pioneira do anarquismo, realizada no início dos anos 1960, James Joll (1964, pp. 11-12) sugeriu ser um erro pensar que “são somente as causas que triunfam que devem interessar ao historiador”. O que defendemos é que houve muitos momentos de “trunfo” na ampla tradição anarquista e que é um erro assumir que o anarquismo foi sempre o primo pobre das tradições socialistas como o marxismo clássico e a social-democracia. A tese da “excepcionalidade espanhola” foi formulada a partir de comparações com a Europa Ocidental e a América do Norte; entretanto, essas comparações ignoraram importantes movimentos nessas e em outras regiões, investindo muita energia para tentar explicar uma peculiaridade “espanhola” que, na realidade, inexistente.⁶

Base social e alcance global

Em vez de ver a ampla tradição anarquista como uma expressão de algum tipo de aspiração vaga, “uma luta eterna”, enfatizamos sua inovação e suas raízes relativamente recentes. (Marshall, 1994, pp. xiv, 3-4) Contra a posição de que o anarquismo “não foi um movimento político ou filosófico coerente”, por apresentar muitas “contradições e inconsistências” e não ter um “corpo fixo doutrinário fundamentado em uma visão de mundo

⁶ Para uma avaliação desses esforços, ver: Maura, 1971. Mesmo o exame inovador de Murray Bookchin tende a explicar o papel do anarquismo na Espanha por meio das peculiaridades da cultura e da sociedade espanholas; ver: Bookchin, 1977, especialmente os capítulos 1 e 2.

particular”, enfatizamos a coerência de suas idéias. (Joll, 1964, pp. 173, 275; Marshall, 1994, p. 3)

O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária constituem, antes de tudo, uma oposição ao capitalismo, ao latifundiarismo e uma política classista: o Estado é certamente objeto de suas críticas, mas as posições que sustentam que os anarquistas vêem o Estado como o “responsável por todas as desigualdades e injustiças” ou “como a raiz de todos os males” distorcem seriamente o anarquismo, ao eliminar dele seu conteúdo e suas origens socialistas. (Kedward, 1971, p. 6; Statz, 1971, p. xiii) A noção de “anarco-capitalismo” utilizada por alguns autores é uma contradição em termos. (Marshall, 1994, pp. 53-54, 422, 443, 544-545, 500-501, 559-565; Perlin, 1979, p. 109)

Consideramos estereotipada a noção de que o anarquismo é um movimento e uma religião secular de uma pequena burguesia composta de artesãos e camponeses arruinados pela modernidade, “classes sociais que estavam fora de sintonia com a tendência histórica dominante”, “excluídas pelo [...] progresso industrial” e “ameaçadas” pela “indústria e a mecanização”; conduzidas por aristocratas arruinados e compostas por camponeses em declínio e artesãos raramente “envolvidos na centralização ou na industrialização”, essas classes almejavam um retorno ao passado pré-moderno. (Stekloff, 1928, p. 312; Yaroslavsky, 1937, pp. 26, 28, 41, 68-69; Hobsbawm, 1971, 1993; Woodcock, 1975, pp. 444-445; Kedward, 1971, pp. 24-26; Darch, 1994, p. 57) Distintamente, demonstramos que esse movimento baseou-se, em termos históricos, predominantemente, na classe trabalhadora moderna, ou seja, o proletariado.

Foi, acima de tudo, na classe trabalhadora urbana e entre os trabalhadores rurais que a ampla tradição anarquista encontrou seus membros, e os encontrou aos milhões. Contrariando a posição comum de que o sindicalismo de intenção revolucionária foi um movimento composto por artesãos qualificados, afirmamos que os sindicatos revolucionários foram, principalmente, formados por pessoas que eram trabalhadores temporários e sazonais, estivadores, trabalhadores rurais, operários fabris, mineiros, ferroviários e, em menor grau, funcionários administrativos e profissionais liberais, em especial professores. Questões de desespecialização e de reestruturação do trabalho foram importantes para atrair algumas pessoas ao sindicalismo de intenção revolucionária, mas o movimento como um todo cresceu com base em uma maioria de trabalhadores semi-qualificados ou não-qualificados.

A ampla tradição anarquista também teve significativo apelo entre o campesinato e houve amplos movimentos anarquistas de camponeses – que combateram o poder dos

latifundiários, dos capitalistas do campo e do Estado, em particular onde o comércio rural estava se estabelecendo –, mas a classe trabalhadora constituiu sua maior parte. Por razão de o anarquismo não rejeitar o campesinato, os camponeses foram cruciais pelo menos em três dos principais intentos de se levar a cabo uma revolução anarquista: a Revolução Ucraniana (1917-1921), a Revolução de Jilin (1929-1931) e a Revolução Espanhola (1936-1939). Os anarquistas também constituíram uma força de primeira ordem em outras lutas camponesas na Europa Oriental, na Europa Meridional, no leste asiático e na América Latina.

Em suma, a ampla tradição anarquista certamente não constitui uma revolta contra o mundo moderno levada a cabo pelas classes em declínio. Ela é, acima de tudo, um movimento dinâmico, moderno e predominantemente da classe trabalhadora, que busca coletivizar e autogerir a produção e substituir o Estado moderno pela autogestão internacional. Historicamente, essa tradição foi bastante difundida entre os camponeses, mas, ainda assim, isso ocorreu precisamente nas localidades em que o capitalismo estava sendo introduzido e, por isso, modificava o campo. A ampla tradição anarquista é um movimento que tem por objetivo subordinar a tecnologia à emancipação humana: ao contrário do estereótipo, ela não defende o “comunismo primitivo” e nem busca “voltar o relógio para trás”.⁷

O sindicalismo de intenção revolucionária constitui, em grande medida, parte da história do anarquismo. Muitas abordagens apresentaram esse sindicalismo como algo distinto do anarquismo ou mesmo hostil a ele. Nessa linha, muitos trabalhos apresentam George Sorel – um engenheiro aposentado francês, outrora marxista – como “o teórico do anarco-sindicalismo”, “o maior teórico do sindicalismo revolucionário”. (Joll, 1964, p. 207; Schechter, 1994, pp. 28, 25; Jennings, 1991, p. 326) Contrariamente, demonstramos que o sindicalismo de intenção revolucionária sempre foi parte da ampla tradição anarquista. Frequentemente se assume que esse sindicalismo surgiu pela primeira vez na França dos anos 1890; demonstramos, no entanto, que foi Bakunin, nos anos 1860, e não Sorel, 40 anos depois, seu principal teórico e que toda uma primeira onda desse sindicalismo foi levada a cabo entre os anos 1870 e 1880.

O sindicalismo de intenção revolucionária é uma *variação* do anarquismo e esse movimento sindicalista é parte da ampla tradição anarquista. Isso se aplica a todas as principais variantes do sindicalismo: o anarco-sindicalismo (que se situa, explicitamente, dentro da tradição anarquista), o sindicalismo revolucionário (que não faz de maneira explícita essa conexão por ignorância ou por uma negação tática de sua ligação com o

⁷ Para uma posição contrária, ver: Darch, 1994, p. 70.

anarquismo), o deleonismo (uma forma de sindicalismo revolucionário que se reivindica marxista) e o sindicalismo de base (uma forma de sindicalismo que constrói grupos independentes de base que se envolvem com sindicatos ortodoxos, apesar de serem independentes deles). O sindicalismo de intenção revolucionária, em essência, é uma *estratégia* anarquista e não um rival do anarquismo. Quando falamos em sindicalismo de intenção revolucionária, o fazemos de maneira a abarcar todas essas variantes do sindicalismo.

Assim, sustentamos que o Industrial Workers of the World (IWW ou “Wobblies”), uma corrente sindical radical que surgiu em 1905 nos Estados Unidos e que se espalhou por todo o mundo, constituiu parte integrante da segunda onda do sindicalismo de intenção revolucionária, a qual se iniciou nos anos 1890. Não concordamos que a história do IWW deva ser separada da história desse sindicalismo; também discordamos das posições que sustentam que o IWW teve origem nas tradições autóctones e radicais dos Estados Unidos ou no marxismo.⁸ O IWW histórico possuía uma perspectiva sindicalista, usufruiu amplamente do legado do sindicalismo de intenção revolucionária da primeira onda, da ampla tradição anarquista nos Estados Unidos e foi inspirado e influenciado pela retomada do sindicalismo de intenção revolucionária em outras localidades.

O IWW cindiu em 1908, dando origem a duas correntes principais: primeiro, o conhecido “IWW de Chicago”, que foi importante nos Estados Unidos, na Austrália, no Chile e em outros países, que se vincula a personagens como Haywood e se opõe radicalmente à participação em eleições; segundo, o “IWW de Detroit”, menor, que teve influência na Grã-Bretanha, na África do Sul e em outros países, que se vincula a De Leon e Connolly e defende a utilização condicional das eleições. Sustentamos que ambas as correntes pertencem ao sindicalismo de intenção revolucionária – e, por isso, constituem parte da ampla tradição anarquista. O fato de alguns desses sindicalistas considerarem-se marxistas ou rejeitarem o rótulo de anarquistas não os retira da ampla tradição anarquista; não utilizamos a autoidentificação, mas as idéias como base para essa inclusão.

Algumas conseqüências desses argumentos são bem surpreendentes e nos obrigam a reconsiderar o cânone da ampla tradição anarquista. Seguindo uma tradição estabelecida pelo livro *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy* [Anarquismo: expoentes da filosofia anarquista] de Paul Eltzbacher, publicado em 1900, cujas conclusões “foram incorporadas em

⁸ Uma versão sofisticada dessa posição pode ser encontrada em Dubofsky, 1966, pp. 131-154; Dubofsky, 1969, pp. 5, 19-35, 73, 76-77. Ela também foi aceita por alguns anarquistas; ver, por exemplo: Rocker, 2004. Uma excelente visão geral e crítica dessa abordagem pode ser encontrada em Salerno, 1989.

quase todos os estudos desse tema até o presente”, os trabalhos mais comuns sobre o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária falaram dos “sete sábios” do movimento: Godwin, Stirner, Proudhon, Tucker, Tolstói, Bakunin e Kropotkin. (Eltzbacher, 1960; Fleming, 1979, p. 19) Para Eltzbacher (1960, p. 188), esses sábios poderiam ser “considerados equivalentes a todos os ensinamentos reconhecidamente anarquistas”.

De acordo com Eltzbacher (1960, pp. 189, 201, 191, 184-196), os sábios compartilhavam uma oposição ao Estado, já que “negam o Estado para nosso futuro”. Ele estava ciente que “a negação do Estado” tinha “significados completamente distintos” para esses sábios. Disso se seguiu que qualquer um que sustentasse uma posição antiestatista deveria ser considerado anarquista, mesmo discordando sobre questões fundamentais como a natureza da sociedade, do Direito, da propriedade ou os meios para a transformação da sociedade. Essa definição minimalista do anarquismo coincidiu com a tendência de muitos anarquistas e sindicalistas criarem mitos sobre sua própria história. Kropotkin não estava sozinho na construção de uma imaginada pré-história do movimento anarquista, uma suposta genealogia das idéias e movimentos anarquistas, que remetia à Antiguidade da Ásia e da Europa.⁹ Essas narrativas anarquistas, ainda comuns, concentram-se em enumerar um conjunto de autores e de idéias que supostamente compartilham os interesses básicos do movimento anarquista, indo desde Lao Tsé na China Antiga (o fundador do taoísmo), passando pelos anabatistas medievais e chegando até Bakunin, na Europa do século XIX. O objetivo dessa criação mítica era legitimar o anarquismo, proporcionando a ele uma longa linhagem, que reivindicava personagens famosos e respeitados. O estudo mais importante produzido dentro do movimento foi a obra de nove volumes escrita por Max Nettlau (1865-1944), a qual dedica o primeiro volume à discussão dos eventos *anteriores* aos anos 1860, começando na Grécia e na China antigas.¹⁰

Há óbvios problemas nessas abordagens. Se anarquista é aquele que “nega” o Estado, também não há dúvidas que o anarquismo se diferencia dos liberais econômicos mais radicais, como Murray Rothbard, que defendia uma sociedade sem Estado baseada na propriedade privada e no mercado livre e irrestrito. O objetivo último do marxismo clássico também é uma sociedade sem Estado, na qual não haveria alienação e coerção. Com a utilização da definição de Eltzbacher, tanto Rothbard quanto Marx mereceriam um lugar no panteão dos sábios anarquistas; seria arbitrário excluí-los. Em outras palavras, a definição de Eltzbacher fracassa

⁹ Mais notavelmente em um célebre artigo sobre o anarquismo escrito para a *Encyclopaedia Britannica* (Kropotkin, 1970a).

¹⁰ Sobre a pesquisa de Nettlau, ver as notas do editor em Nettlau, 1996.

na tarefa básica de distinguir claramente o anarquismo de outras idéias e, por esse motivo, não pode ser considerada adequada.

A tendência de projetar o anarquismo em toda a história humana possui problemas relacionados: de um lado, nenhuma investigação séria de Lao Tsé, dos anabatistas e de Bakunin pode sustentar que eles compartilharam as mesmas posições e os mesmos objetivos, e, portanto, não é claro por que eles devem ser agrupados; de outro, se o anarquismo é um aspecto universal da sociedade, torna-se, assim, muito difícil explicar realmente *por que* ele surge, colocá-lo em seu contexto histórico, estabelecer suas fronteiras e analisar seu caráter de classe e seu papel em uma época determinada. Reivindicar o anarquismo como algo universal é um mito legitimador útil para um movimento em combate; no entanto, aceitar seriamente essa reivindicação contribui pouco para o avanço das análises e das atividades desse movimento. Isso não permite historicizar a ampla tradição anarquista, explicar por que ela surgiu e nem por que atraiu algumas classes em particular.

A tentação óbvia é refugiar-se nas explicações psicológicas. Peter Marshall (1994, pp. xiv, 3-4), por exemplo, sustenta que o “primeiro anarquista” foi a primeira pessoa que se rebelou contra a “autoridade”, que o anarquismo está radicado na natureza humana, em “uma eterna luta” entre “aqueles que queriam mandar e aqueles que se recusavam a obedecer ou a mandar”, e que se baseia em um “impulso para a liberdade”, em uma “necessidade humana profundamente sentida”. O ambientalista radical e socialista libertário Murray Bookchin (1977, p. 17) utilizou o mesmo argumento, adicionando um toque freudiano: o anarquismo é um “grande movimento libidinal da humanidade para livrar-se do aparato repressivo criado pela sociedade hierárquica”, cujas origens encontram-se no antiquíssimo impulso dos oprimidos para a liberdade.

Também não há evidências para essa linha de argumento e ela não consegue explicar por que o anarquismo foi significativo em alguns períodos e quase completamente ausente em outros. Se o anarquismo é um impulso humano, por que seu destino variou tão dramaticamente no tempo? Somente uma análise histórica e social pode realmente explicar a ascensão e a queda do anarquismo e isso implica utilizar recursos das ciências sociais e não da psicologia. A abordagem dos “sete sábios”, que agrupa um extenso conjunto de pensadores com pouco em comum, e a criação mítica dos próprios anarquistas impossibilitam qualquer análise da ampla tradição anarquista.

Por todas essas razões, consideramos ser imprescindível adotar uma interpretação do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária que seja mais restrita, mais claramente delimitada, mais historicizada e precisa historicamente. Dos sábios de Eltzbacher,

somente Bakunin e Kropotkin devem ser considerados anarquistas. Godwin, Stirner e Tolstói, definitivamente, não constituem parte da ampla tradição anarquista. Proudhon e seu discípulo Tucker são representantes do mutualismo, que influenciou profundamente o anarquismo – juntamente com o marxismo, o proudhonismo forneceu muitos elementos para a conformação da ampla tradição anarquista –, mas que, na realidade, não pode ser considerado anarquista. Há muitas idéias libertárias – idéias que enfatizam a liberdade individual –, mas nem todos os libertários são socialistas. Foi no contexto da ascensão do capitalismo e do Estado moderno – e, concomitantemente, da classe trabalhadora moderna e do movimento socialista – que o anarquismo surgiu pela primeira vez.

Por razão de agrupar arbitrariamente personagens que têm, conforme mostramos em *Chama Negra*, pouco em comum, colocando-os como os maiores pensadores do anarquismo, a abordagem dos sete sábios dá, inevitavelmente, a impressão de que o anarquismo é contraditório e que não possui foco, fazendo com que as análises teóricas do anarquismo sejam, no melhor dos casos, uma tarefa frustrante. Essa aparente incoerência é o resultado de uma análise problemática do anarquismo e não da pobreza do próprio anarquismo. Uma extensa e vaga definição do anarquismo tende a agrupar idéias completamente diferentes e a não historicizá-lo; apresentar o anarquismo como algo indefinido e sem forma também dificulta considerar em que medida a ampla tradição anarquista pode inspirar as lutas contemporâneas contra o neoliberalismo.

O que é a ampla tradição anarquista?

Por meio de uma definição mais restrita, [utilizada em *Chama Negra*,] pudemos dar um foco mais preciso à ampla tradição anarquista, com suas idéias e sua história e, dessa maneira, tivemos como apresentar uma investigação sistemática e razoavelmente completa das idéias, dos debates e dos desenvolvimentos do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária. Em nossa análise, o anarquismo é apresentado por meio de um conjunto claro e definido de posições. Ao examinar a história da ampla tradição anarquista, nós também sacrificamos a aparente amplitude em favor de uma profundidade real. Diversas abordagens gastam muito tempo discutindo personagens como Stirner, Tolstói e os anabatistas. Consideramos essas pessoas distantes e bastante irrelevantes para uma abordagem da ampla tradição anarquista.

Também não utilizamos termos como “anarquismo filosófico” (freqüentemente utilizado em referência a Godwin), “anarquismo individualista” (freqüentemente utilizado em referência a Stirner, mas, também, algumas vezes, a Proudhon e Tucker), “anarquismo

cristão” (em referência a Tolstói) ou “anarquismo de estilo de vida” (algumas vezes utilizado para referir-se a formas contemporâneas de individualismo), assim como não consideramos que essas correntes constituem parte da ampla tradição anarquista. Para nós, a questão não é rejeitar outras idéias libertárias e a ampla extensão de idéias antiautoritárias que têm sido desenvolvidas em muitas culturas, mas sugerir que devemos diferenciar o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária de outras correntes, incluindo as libertárias, para conhecer melhor tanto o anarquismo quanto essas outras tendências. O anarquismo “classista”, algumas vezes chamado de anarquismo revolucionário ou anarquismo comunista, não é um tipo de anarquismo; do nosso ponto de vista, trata-se do *único* anarquismo. Sabemos que nossa abordagem contradiz algumas definições que vêm sendo sustentadas há muito tempo, mas sustentamos que o significado do anarquismo não é arbitrário e nem apenas uma questão de opinião; os registros históricos demonstram haver um conjunto central de crenças.

Muitos escritores estabeleceram uma distinção entre o “comunismo anarquista [...], talvez a doutrina anarquista mais influente” e “outra doutrina de significância comparável, o anarco-sindicalismo”. (Graham, 2005, p. xiii) Rejeitamos essa abordagem por acreditar que ela fundamenta-se em uma análise enganosa da ampla tradição anarquista. Essa alegada distinção não apenas está ausente na maior parte dos escritos anarquistas produzidos até bem recentemente, como, também, simplesmente não funciona para descrever as diferentes tendências da ampla tradição anarquista. Além disso, a grande maioria das pessoas descritas na literatura como “comunistas anarquistas” ou “anarco-comunistas” defenderam o sindicalismo, incluindo Kropotkin, Alexandre Berkman (1870-1936), Flores Magón e Shifu. Por outro lado, a maioria dos sindicalistas defendia o “comunismo anarquista”, no sentido de uma sociedade sem Estado baseada no princípio comunista da distribuição de acordo com as necessidades. É difícil identificar uma estratégia ou tendência “anarco-comunista” que possa ser utilizada utilmente como uma categoria do anarquismo.

Anarquismo insurrecionalista, anarquismo de massas e sindicalismo de intenção revolucionária

Em vez de utilizar essas categorias, desenvolvemos uma distinção dentro da ampla tradição anarquista entre duas abordagens estratégicas principais, que chamamos de “anarquismo de massas” e de “anarquismo insurrecionalista”.

O anarquismo de massas enfatiza que somente os movimentos de massas podem promover uma transformação revolucionária na sociedade, que esses movimentos são, em geral, construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e reformas (relativas a

salários, brutalidade policial, preços altos etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e convertê-los em alavancas da transformação revolucionária. É crucial que as reformas sejam conquistadas *de baixo para cima*: essas vitórias distinguem-se das reformas concedidas de cima para baixo, que enfraquecem os movimentos populares. (Holton, 1980, p. 5)

A abordagem insurrecionalista, distintamente, sustenta que as reformas são ilusórias, que movimentos como sindicatos são baluartes, conscientes ou não, da ordem existente e que as organizações formais são autoritárias. Conseqüentemente, o anarquismo insurrecionalista enfatiza a necessidade da ação armada – a “propaganda pelo fato” – como meio mais importante para despertar um levante revolucionário espontâneo.

O que distingue o anarquismo insurrecionalista do anarquismo de massas não é necessariamente a violência como tal, mas o lugar que ela ocupa na estratégia: para o anarquismo insurrecionalista, a propaganda pelo fato, levada a cabo por anarquistas conscientes, é vista como um meio de gerar um movimento de massas; para a maior parte do anarquismo de massas, a violência funciona como um meio de autodefesa de movimentos de massa já *existentes*.

Essa linha argumentativa traz questões sobre o cânone anarquista. Ao rejeitar os sete sábios, não propusemos um novo cânone, exceto ao sugerir que ele deve concentrar-se em Bakunin e Kropotkin e incluir personagens fundamentais da ampla tradição anarquista e sindicalista, tanto do ocidente quanto de fora dele. Se Godwin, Stirner e Tolstoi não estão nesse cânone, vários outros militantes são sérios candidatos a fazer parte dele, principalmente pela significativa contribuição teórica que deram ao movimento. Dentre outros, podemos citar Piotr Arshinov (1887-1937), Juana Belem Gutiérrez de Mendoza (1875-1942), Camilo Berneri (1897-1937), Luisa Capetillo (1880-1922), Connolly, Christian Cornelissen (1864-1942), Voltairine de Cleyre (1866-1912), De Leon, Elizabeth Gurley Flynn (1890-1964), Praxedis Guerrero (1882-1910), Emma Goldman (1869-1940), He Zhen (nascida He Ban [sem data]), Petronila Infantes (1920-?), Ito Noe, Kôtoku Shûsui (1893-1911), Li Pei Kan (1904-2005, também conhecido pelo pseudônimo Ba Jin), Maria Lacerda de Moura (1887-1944), Liu Sifu (1884-1915, também conhecido como Shifu), Errico Malatesta (1853-1932), Flores Magón (1874-1922), Nestor Ivanovich Makhno (1889-1934), Louise Michel (1830-1905), Ferdinand Domela Nieuwenhuis (1861-1919), Ôsugi Sakae (1885-1923), Albert Parsons (1848-1887), Lucy Parsons (1853-1942), Fernand Pelloutier (1867-1901), Enrique Roig de San Martín (1843-1889), Juana Rouco Buela (1888-1968), Rudolph Rocker (1873-

1958), Lucia Sanchez Saornil (1895-1970), Shin Chaeho (1880-1936). Essa lista não é exaustiva e constitui somente um indicativo de possibilidades.

Sem diminuir a importância dos movimentos relativamente bem conhecidos na Itália, na França, na Espanha e nos Estados Unidos, acreditamos ser também necessário enfatizar a centralidade dos movimentos na Ásia, na África, na Europa Oriental, na América Latina e no Caribe, e insistir que uma história verdadeiramente global do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária proporciona correções decisivas às abordagens eurocêntricas e demonstra que a noção de que o anarquismo “nunca foi mais do que uma atração das minorias” tem, na realidade, poucos fundamentos. (Kedward, 1971, p. 120) A tese comumente sustentada da excepcionalidade espanhola e a noção de que foi somente na Espanha que o anarquismo tornou-se “um grande movimento social e [...] ameaçou o Estado” estão entre as posições cujos resultados são questionáveis. (Marshall, 1994, p. 453)

No coração da tradição do anarquismo de massas está a posição de que é necessário construir um movimento popular revolucionário – fundamentado em uma contracultura revolucionária e na formação de órgãos de contrapoder –, de maneira a estabelecer as bases para uma nova ordem social que possa substituir o capitalismo, o latifundiarismo e o Estado. Esse movimento poderia engajar-se em lutas por reformas, mas, no fim das contas, ele deveria ter por objetivo constituir as bases para uma nova sociedade no seio da antiga, uma nova ordem social incipiente que finalmente destruiria e substituiria a antiga. O anarquismo insurrecionalista é *impossibilista*, pois vê nas reformas algo impossível e inútil; o anarquismo de massas é *possibilista*, visto que acredita ser possível e desejável a conquista de reformas arrancadas das classes dominantes, por meio da *força*, sustentando que essas concessões fortalecem, e não enfraquecem, as lutas e os movimentos populares e que elas podem melhorar as condições do povo. Por exemplo, por meio da ação direta podem-se reivindicar e conquistar mudanças progressivas nas leis, sem a necessidade de tomar parte no aparelho de Estado.

O sindicalismo de intenção revolucionária é uma poderosa expressão do anarquismo de massas. Em termos históricos, foi, principalmente, esse sindicalismo que proporcionou à tradição anarquista uma base e um apelo de massas. Entretanto, nem todos os anarquistas de massas foram sindicalistas. Alguns apoiaram o sindicalismo, mas com reservas, geralmente em relação à “hipótese do embrião”: a noção de que as estruturas sindicais constituem uma base adequada para uma sociedade pós-capitalista. (Nettlau, 1996, pp. 277-278) Houve outros anarquistas de massa que eram anti-sindicalistas, pois não acreditavam que os sindicatos teriam condições de fazer uma revolução. Vemos aqui duas variantes: aqueles que rejeitaram

as lutas nos locais de trabalho em favor de lutas comunitárias e aqueles que defenderam a ação por local de trabalho com alguma independência dos sindicatos.

O sindicalismo de intenção revolucionária é caricaturado como uma forma de sindicalismo [unionism] economicista ou obreirista por marxistas como Vladimir Ilych Lênin e Nicos Poulantzas. (Holton, 1980, pp. 5-7, 12-13, 18-19) Entretanto, os sindicatos revolucionários históricos foram movimentos sociais que nunca reduziram a classe trabalhadora aos trabalhadores assalariados ou a aspiração da classe trabalhadora às lutas salariais; esses sindicatos estiveram imersos em contraculturas e movimentos populares mais amplos, vincularam-se a outros círculos populares organizados, abordaram questões que foram muito além do local de trabalho, tiveram um papel central nas lutas comunitárias, estiveram no coração de um projeto de contracultura revolucionária que incluiu a produção de jornais diários e semanais de circulação massiva. Por isso, economicismo e obreirismo são qualificativos inapropriados para o sindicalismo de intenção revolucionária.

A posição de que a insurreição é algo que “os sindicatos parecem nunca organizar” também não se ajusta à história do sindicalismo de intenção revolucionária. (Krikler, 2005, p. 153) Sindicatos revolucionários envolveram-se em greves gerais que assumiram caráter insurrecional no México, em 1916; na Espanha, em 1917, 1919 e 1936; no Brasil e em Portugal, em 1918; na Argentina, em 1919; na Itália, em 1920. Em muitos casos, sindicalistas contribuíram com a organização de milícias de trabalhadores, como foram os casos nos Estados Unidos, durante os anos 1880; na Irlanda, em 1913; no México, a partir de 1916; na Argentina, em 1919; na Itália, em 1920 e na Espanha, em 1936.

Historicamente, o sindicalismo de intenção revolucionária foi um movimento sindical revolucionário [revolutionary union movement] que conformou parte de um movimento popular mais amplo de construção de contrapoder e contracultura; deve-se ter cuidado para não se estabelecerem divisões artificiais entre os sindicatos revolucionários e os maiores movimentos anarquistas, dos quais esses sindicatos foram parte integrante. Isso nos recorda que os números e as estruturas formais dos sindicatos constituem somente uma estimativa parcial do impacto do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária; ao passo que utilizamos esses critérios para criticar a noção da excepcionalidade espanhola, sabemos que eles constituem marcos limitados para avaliar a força anarquista e sindicalista.

O sindicalismo de intenção revolucionária compartilha muitos aspectos com o “movimento social de base sindical” [social movement unionism] que surgiu em uma série de países de industrialização tardia como o Brasil e a África do Sul, nos quais os movimentos sindicais historicamente estabeleceram alianças para além dos locais de trabalho e

enfrentaram questões muito mais amplas que as preocupações imediatas com os salários e as condições de trabalho; entretanto, há diferenças importantes entre eles.¹¹ Assim como o movimento social de base sindical, o sindicalismo de intenção revolucionária engaja-se em lutas tanto nos locais de trabalho como fora deles, e também busca a conquista de grandes reformas. Distintamente do movimento social de base sindical, entretanto, o sindicalismo de intenção revolucionária é explicitamente anticapitalista, antilatfundiarista e antiestatista, e considera que as estruturas sindicais constituem os blocos para a construção de uma ordem social autogerida e sem Estado. Nessa perspectiva, as lutas imediatas possuem importância não somente em si mesmas, mas por contribuírem com a confiança, a organização e a consciência da classe trabalhadora, as quais são consideradas essenciais pelos sindicalistas para que uma *revolução* seja levada a cabo de baixo para cima.

Em muitos casos, incluindo o Brasil e a África do Sul, os movimentos sociais de base sindical aliaram-se aos grandes partidos políticos e chegaram até a engajar-se numa estratégia industrial para ajudar a fortalecer a economia “nacional”. O sindicalismo de intenção revolucionária normalmente rejeita o vínculo com esses partidos, enfatizando a importância de se construir um contrapoder popular fora e *contra* o aparelho de Estado; uma estratégia de industrialização não é de seu interesse, visto que um movimento revolucionário de trabalhadores não pode assumir a responsabilidade pela salvação do capitalismo.

Os sindicatos fortes são fundamentais, mas essa força deve ser mensurada tanto pela participação e politização dos membros, quanto pela capacidade dos sindicatos envolverem-se em batalhas imediatas e constituírem as bases para a autogestão dos meios de produção, a ser protagonizada pelos próprios trabalhadores. Não se trata, simplesmente, de uma questão de números.

Dualismo organizacional

Um dos debates mais importantes que discutimos [em *Chama Negra*] é sobre a necessidade ou não de grupos políticos anarquistas e sindicalistas dedicados à promoção das idéias da ampla tradição anarquista e, em caso positivo, quais são as formas mais adequadas que esses grupos devem adotar. Quando os editores do jornal anarquista *Dielo Truda* [Causa Operária] (2001), editado em Paris, publicaram “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”, em 1926, envolveram-se em uma tempestuosa controvérsia. Alguns anarquistas enxergaram a defesa dos editores da necessidade de uma organização política

¹¹ Sobre o movimento social de base sindical [social movement unionism], ver, entre outros: Moody, 1997.

anarquista unificada com disciplina coletiva como uma tentativa de “bolchevizar” o anarquismo, e acusaram seus principais autores, Arshinov e Makhno, de estarem aderindo ao marxismo clássico. Argumentamos, contrariamente, que a *Plataforma* e o “plataformismo” não constituíram uma ruptura na tradição anarquista, mas uma *reafirmação* bastante ortodoxa de posições bem estabelecidas.

Desde os tempos de Bakunin – o qual era membro da Aliança Internacional da Democracia Socialista, que operou dentro da Primeira Internacional – a grande maioria dos anarquistas e dos sindicalistas defendeu a formação de grupos especificamente anarquistas, para *além* das organizações de massa, como os sindicatos revolucionários. Em outras palavras, a maioria apoiou o dualismo organizacional: as organizações de massa, como os sindicatos, deveriam caminhar juntas com organizações políticas especificamente anarquistas e sindicalistas. Além disso, a maioria sustentou que esses grupos deveriam ter estratégias, táticas e princípios homogêneos, assim como alguma forma de disciplina organizativa.

Guerra, questões de gênero e anti-imperialismo

Em termos históricos, embora a ampla tradição anarquista tenha vinculado-se amplamente à questão de classe, ela também engajou-se em outras questões relacionadas à opressão social, que não se reduzem ao classismo. Essa tradição foi constituída por um movimento internacional e internacionalista: rejeitando o nacionalismo e o Estado, opondo-se consistentemente à opressão nacional e ao preconceito racial, a ampla tradição anarquista esteve a frente dos esforços de organizar as classes populares para além das barreiras de nacionalidade e raça. Ela se desenvolveu como um movimento que teve respaldo entre quase todas as nacionalidades e raças do mundo, com organizações em todo o globo, e teve um papel central nas lutas por igualdade de direitos e contra a segregação (por exemplo, em Cuba, no Japão, no México, nos Estados Unidos e na África do Sul), nas lutas anti-imperialistas e de libertação nacional (por exemplo, na Bulgária, em Cuba, na Coreia, na Macedônia e na Ucrânia), e na oposição ao militarismo e à guerra entre os povos e Estados.

O antimilitarismo foi um aspecto central na história da ampla tradição anarquista e incluiu revoltas massivas levadas a cabo no seio de poderosos países contra a agressão imperialista, como nos casos da ocupação japonesa da Coreia, da Manchúria e da China, das guerras coloniais da Espanha contra Cuba, Marrocos e Filipinas, dos ataques italianos à Abissínia, à Líbia e à Albânia. Em 1914, a Internacional Operária e Socialista (também conhecida como Segunda Internacional) desmoronou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, com todos os grandes partidos apoiando os esforços de guerra de seus respectivos

Estados.¹² Contrariamente à posição de que Lênin, sozinho, levou a cabo uma oposição à guerra, sustentamos que a oposição radical à guerra restringiu-se, em grande medida, aos anarquistas e sindicalistas.

A questão de gênero foi outra preocupação importante. Admitimos certo desconforto com a tendência de muitos autores qualificarem as mulheres anarquistas e sindicalistas de “anarquistas-feministas” ou “anarco/a-feministas”. Não há dúvidas que as mulheres tiveram um papel fundamental na promoção de análises feministas do anarquismo, mas é problemático assumir que as mulheres militantes foram necessariamente feministas ou que elas devam ser, prioritariamente, definidas pelo feminismo. Os elementos feministas do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária não foram um campo exclusivo das mulheres e nem as atividades das mulheres na ampla tradição anarquista podem ser reduzidas a uma defesa da perspectiva feminista. A ampla tradição anarquista, como um todo, promoveu a igualdade de gênero, rejeitou a família patriarcal e buscou meios de unir seus interesses feministas com os projetos mais amplos classistas e revolucionários. Anarquistas e sindicalistas discordaram entre si sobre as implicações da emancipação das mulheres e certamente houve muitos anarquistas e sindicalistas cujas posições e vidas contradisseram a igualdade de gênero. O ponto mais importante é que essa igualdade foi sempre um princípio da ampla tradição anarquista.

Ao mesmo tempo, mulheres anarquistas e sindicalistas como Choi Seon-Myoung, Luisa Capetillo, Voltairine de Cleyre, Elizabeth Gurley Flynn, Emma Goldman, He Zhen, Petronila Infantes, Lucy Parsons e Ito Noe não podem ser reduzidas a militantes de gênero. Elas tiveram um amplo conjunto de funções no movimento: foram escritoras, sindicalistas, líderes de greves, organizadoras comunitárias, milicianas; viam-se como parte de um movimento mais amplo das classes populares que transpunha as fronteiras de gênero. Assim como os homens, elas sustentaram que o sistema de classes e outras formas de opressão estavam integralmente ligados e que somente um movimento popular unificado contra toda dominação e exploração poderia criar uma nova ordem social.

Anarquismo e marxismo

Finalmente, a ampla tradição anarquista é relevante como uma alternativa a outro grande movimento revolucionário e classista: o marxismo clássico, também conhecido como

¹² A Internacional Operária e Socialista, formada em 1889, foi hegemonizada pelo marxismo clássico e pela social-democracia; seu membro fundamental foi o grande bastião marxista daquele momento, o Partido Social-Democrata (SPD) da Alemanha, que Marx e Engels ajudaram a fundar em 1875.

bolchevismo, e associado a Marx, Engels, Karl Kautsky, Lênin, Leon Trotsky, Joseph Stálin, Mao Tsé-Tung e outros. Para o marxismo clássico, o Estado capitalista deve ser destruído e substituído por um Estado revolucionário, caracterizado como um período político de transição em que o Estado nada mais é que a “*ditadura revolucionária do proletariado*”, uma “organização centralizada da força, da violência” de um “poder indiviso”. (Marx, 1922, p. 48; Lênin, 1975, vol. 2, p. 255) Esse regime controlaria os meios de produção e seria encabeçado por um partido revolucionário. A “ditadura revolucionária de um partido proletário” era uma “necessidade objetiva” devido “à heterogeneidade da classe revolucionária”. (Trotsky, 1975, pp. 513-514) E “sem um partido, à parte de um partido ou com um substituto de um partido, a revolução proletária não pode triunfar”. (Trotsky, 1987, p. 72) Uma pessoa que se recusa a reconhecer que a “liderança do Partido Comunista e o poder de Estado da ditadura popular” são necessários para a transformação revolucionária “não é comunista”. (Tsé-Tung, 1971, p. 371)

Na prática, apesar das intenções ou dos objetivos emancipatórios do marxismo clássico, essas políticas forjaram as bases fundamentais para as ditaduras de partido único do antigo bloco soviético. A posição de que “o socialismo de Marx era simultaneamente antiestatista e contrário ao mercado” é enganosa. (McNally, 1993, p. 3) Há muitas tensões e ambigüidades no pensamento de Marx, mas o elemento preponderante – que constitui a evidência histórica do marxismo na prática – foi predominantemente autoritário e estatista.

A criação do sistema de gulags na URSS, que colocou dezenas de milhões em campos de concentração, os quais tinham por base o trabalho forçado, foi parte integrante do sistema soviético, mas, provavelmente, não estava nos planos de Marx. (Ivanova, 2000) As ásperas circunstâncias sob as quais se deram a Revolução Russa e o próprio estabelecimento da URSS, obviamente, deixaram marcas profundas. Por esse motivo, os aspectos da URSS e dos regimes marxistas posteriores não podem ser simplesmente reduzidos às políticas marxistas.

Ainda assim, isso não exime o marxismo clássico de ser o responsável pela opressão e pelas desigualdades do antigo bloco soviético. A ideologia marxista foi uma influência central para esses regimes e a intensa ênfase de Marx e seus sucessores em algumas posições – a necessidade de um Estado altamente centralizado, encabeçado por um partido comunista, que controlaria o trabalho e outras forças de produção, reivindicando ser o único depositário da verdade “científica” – foram absolutamente fundamentais para que o marxismo, durante o século XX, constituísse uma ideologia que caminharia de uma ditadura a outra. Marx e o marxismo não podem ser isentados desse fato, por meio da alegação de que o caráter repressivo constante dos marxistas no poder deve-se à força das circunstâncias ou às

interpretações inadequadas dos textos de Marx por parte de “sucessores mais ou menos infiéis”.¹³

A história do marxismo em um terço do mundo, que esteve sob o governo de regimes marxistas, constitui parte – a maior parte – da história do marxismo e há um vínculo direto entre a estratégia de Marx de uma ditadura centralizada encabeçada por um partido de vanguarda como agente da revolução e as ditaduras de partido único estabelecidas na Rússia, na China e em outros países. Mesmo Trotsky (citado em Thorpe, 1989, pp. 128, 132), um veemente crítico marxista de Stálin, considerava o socialismo “a liderança autoritária [...], a distribuição centralizada da força de trabalho [...], o Estado operário [...] autorizado a mandar qualquer trabalhador para onde seu trabalho for necessário” e, se necessário, mandar os dissidentes para campos de trabalho. O movimento comunista fracassou em sua tentativa de emancipar a humanidade, fazendo com que centenas de milhões de pessoas descreditassem no socialismo; as questões que envolvem sua ascensão e queda são centrais para os problemas enfrentados atualmente pela esquerda.

Em contraste, o socialismo libertário sempre rejeitou a posição de que uma transformação social fundamental pudesse ser levada a cabo pelo aparelho de Estado ou que o socialismo pudesse ser criado de cima para baixo. Sua oposição ao capitalismo é parte de uma oposição mais ampla à hierarquia em geral, e parte de uma compreensão mais ampla da liberdade e do desenvolvimento individuais como objetivos do socialismo. Desde o início, o marxismo clássico foi uma forma de socialismo político, mas é importante ressaltar que houve também marxistas libertários. Entre eles, estiveram os comunistas conselhistas Herman Gorter, Anton Pannekoek e Otto Rühle, que sustentavam posições próximas do sindicalismo de intenção revolucionária e eram abertamente hostis ao bolchevismo.¹⁴ Mais recentemente, surgiu um marxismo “autonomista” que, com frequência, sustenta uma perspectiva antiautoritária.

No entanto, o socialismo libertário foi representado, principalmente, pela ampla tradição anarquista, a qual conciliou a noção de que os indivíduos deveriam ser livres, sustentando que isso não poderia minar a liberdade dos outros, com uma crítica das desigualdades econômicas e sociais que impedissem o exercício dessa liberdade. A liberdade, sustentava Bakunin (1971, pp. 262, 263), exigia “igualdade econômica e social” e deveria ser “estabelecida no mundo por meio da organização espontânea do trabalho e da propriedade

¹³ Para uma posição contrária, ver: Guérin, 1989, pp. 109, 125.

¹⁴ Ver: Bricianer, 1978; Gerber, 1989; Gombin, 1978; Shipway, 1987, 1988; Smart, 1978. Rühle (1981, pp. 10-11, 13, 20) caracterizou Lênin como pioneiro do fascismo.

coletiva levadas a cabo pelas associações de produtores livremente organizadas e pela igualmente espontânea federação de comunas, para substituir o Estado dominador e paternalista”, “de baixo para cima”. Muitos dos ideais e das práticas associadas à ampla tradição anarquista – ação direta, democracia participativa, a posição de que os meios devem ser combinados com os fins, solidariedade, o respeito pelo indivíduo, a rejeição da manipulação, a ênfase na importância da liberdade de opinião e da diversidade, a oposição à opressão de raça, nacionalidade e gênero – são precisamente aqueles reivindicados por milhões de pessoas no período pós-soviético.

Esses ideais e práticas anarquistas foram conscientemente projetados para evitar o destino que terminou por tragar o marxismo clássico. Ao enfatizar valores antiautoritários, maximizar a democracia e valorizar a autogestão, a ampla tradição anarquista buscou evitar o surgimento, de dentro das lutas populares, de novas elites dominantes. Bakunin e Kropotkin advertiram que a estratégia do marxismo clássico poderia, apesar das boas intenções, culminar na perpetuação da opressão e da desigualdade econômica e social. O Estado, insistia Kropotkin (1970b, p. 170), “tendo sido a força à qual as minorias recorreram para estabelecer e organizar seu poder sobre as massas, não pode ser a força que servirá para destruir esses privilégios”.

Antes de começar

Antes de prosseguirmos com o conteúdo principal, alguns aspectos devem finalmente ser mencionados. Em primeiro lugar, um trabalho como esse baseia-se, pela necessidade, em uma síntese da literatura existente e no auxílio de pessoas que são habilitadas no tema em várias partes do mundo. O obscurecimento da ampla tradição anarquista em meados do século XX, levado a cabo pelas políticas estatistas – marxismo clássico, social-democracia e nacionalismos de vários tipos – implicou num congelamento das pesquisas sobre esse tema, e o socialismo político chegou “perto de monopolizar a atenção daqueles que escrevem sobre a história radical e do trabalho”. (Thorpe, 1989, p. x) Essa situação modificou-se a partir dos anos 1960. O surgimento da Nova Esquerda, que questionou o marxismo oficial e voltou-se às tradições radicais alternativas, foi importante, em particular, para o estabelecimento das bases de novos estudos do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária. O ressurgimento do anarquismo dos anos 1960 em diante e o colapso da maior parte do bloco soviético, entre 1989 e 1991, levou a um outro aumento na produção de investigações relevantes.

Os crescentes estudos sobre o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária prometem modificar nossas posições sobre o passado. Na China, por exemplo, onde a história do socialismo foi, por muito tempo, reduzida à “progressiva evolução de um socialismo correto sob a orientação de Mao Tsé-Tung ou do Partido Comunista”, o papel central do anarquismo nas primeiras quatro décadas do século XX está sendo redescoberto. (Dirlik, 1991, pp. 15, 27, 170; Zarrow, 1990) Em Cuba, onde a ampla tradição anarquista foi “amplamente ignorada ou deturpada”, com “uma carência quase completa de historiografia”, seu papel fundamental “no desenvolvimento econômico e político do país” vem sendo cada vez mais reconhecido. (Shaffer, 1998, pp. vii, 2) Da mesma maneira, a “amnésia histórica” relativa “ao apelo do anarquismo entre os coreanos” começou a ser combatida. (Allen, 1999, pp. 4, 263-264) Embora as implicações desse crescimento das pesquisas não tenha sido ainda amplamente aceito, como é de se esperar, não há dúvidas de que muitos pesquisadores estão agora levando a sério o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária.¹⁵

Nossos dois volumes contaram amplamente com esses crescentes estudos e foram complementados, em alguns casos, por publicações do “movimento” e, em outros, por entrevistas com personagens relevantes. Sem dúvidas, há materiais que deixamos escapar, mas acreditamos que nossa análise e abordagem, em termos gerais, apresentam um retrato preciso da ampla tradição anarquista. Apesar de termos envidado todos os esforços para garantir a precisão dos fatos e dos personagens apresentados, é possível que algumas de nossas fontes contenham erros; assumimos a responsabilidade por quaisquer outros erros. Sem dúvidas, há também questões importantes que não foram abordadas em nossa análise dos temas centrais na história e nas políticas da ampla tradição anarquista. Recomendamos que os leitores se remetam à bibliografia para as leituras complementares.

Na maior parte dos casos (ainda que não em todos), utilizamos fontes de língua inglesa. Isso pode influenciar duplamente nosso trabalho: podemos ter negligenciado alguns trabalhos fundamentais em outros idiomas e algumas áreas e questões melhor abordadas na literatura de língua inglesa podem ter sido melhor tratadas do que outras. Tentamos ser o mais compreensível possível. Certamente, alguns dos argumentos aqui apresentados serão controversos. E isso deve ser bem-vindo: a boa pesquisa se realiza por meio do debate e não

¹⁵ Uma discussão mais completa dessa questão está fora do escopo deste trabalho, mas dois exemplos são ilustrativos. Escrevendo em uma edição recente do *Journal of World-Systems Research* sobre a história do internacionalismo operário e sua relevância para o presente, Dimitris Stevis (1998, p. 66) concluiu que “sindicatos operários, portanto, são confrontados com a necessidade móda do sindicalismo de intenção revolucionária décadas depois de seu prematuro fim”. Da mesma maneira, ao examinar a criação de favelas massivas durante o último século, Mike Davis (2004, pp. 28, 30-32) chamou atenção para a importância do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária, colocando-os como fatores-chave para o desenvolvimento das comunidades militantes de trabalhadores no início do século XX.

da criação de ortodoxias. Se [*Chama Negra*] puder estimular novas pesquisas sobre o anarquismo, mesmo que elas contradigam nossos argumentos, consideramos ter feito um bom trabalho. Similarmente, acreditamos que o debate é essencial para o desenvolvimento de qualquer tradição política e esperamos que esse trabalho constitua uma contribuição frutífera para estimular discussões dentro da própria tradição anarquista. [...]

Finalmente, diremos algumas palavras sobre a origem de [*Chama Negra*]. Esse livro começou como uma brochura sintética e didática no fim dos anos 1990 e simplesmente foi crescendo. Estávamos francamente surpresos com a rica história da ampla tradição anarquista; esperando complementar algumas lacunas, nossos olhos encontraram um mundo inesperado, uma história global desconhecida por muitos dos próprios anarquistas e sindicalistas. Era uma intrigante e evocativa história, repleta de sacrifício, tragédia, sofrimento e, algumas vezes, de humor e ternura, mas que havia sido levada a cabo com grande heroísmo, criatividade, beleza e realizações. Também ficou claro para nós que não estávamos escrevendo um simples obituário de um movimento ou realizando uma abordagem de algo antigo, mas discutindo uma tradição viva de interesse para muitas pessoas que querem mudar o mundo. Assim, esse livro também é um trabalho sobre o futuro e é por isso que o dedicamos a um mundo e um amanhã melhores.

Bibliografia

- AL (Alternative Libertaire). “Espanne: La CGT s’affirme comme la troisieme organisation syndicale”. In: *Alternative Libertaire*, novembro de 2004.
- ALLEN, J. M. *History, Nation, People: Past and Present in the Writing of Sin Ch’aeho*. PhD, University of Washington, 1999.
- BAKUNIN, M. “The Paris Commune and the Idea of the State”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*, 1871. Reimpressão, Londres: George Allen and Unwin, 1971.
- BERNSTEIN, E. *The Preconditions for Socialism*, 1899. Reimpressão, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BEYER-ARNSEN, H. “Anarcho-syndicalism: A Historical Closed Door ... or Not?”. In: *Libertarian Labor Review*, inverno 1997-1998.
- BOOKCHIN, M. *The Spanish Anarchists: The Heroic Years, 1868–1936*. Nova York: Harper Colophon Books, 1977.
- BOURDIEU, P. “Utopia of Endless Exploitation: The Essence of Neo-liberalism”. In: *Le Monde Diplomatique*, 8 de dezembro de 1998.
- BRICIANER, S. *Pannekoek and the Workers’ Councils*. St. Louis: Telos Press, 1978.
- DARCH, C. M. *The Makhnovischna, 1917–1921: Ideology, Nationalism, and Peasant Insurgency in Early Twentieth Century Ukraine*. PhD, University of Bradford, 1994.

- DAVIS, M. "Planet of Slums: Urban Involution and the Informal Proletariat". In: *New Left Review* 26, 2004.
- DIELO TRUDA (P. Archinov, N. Makhno, I. Mett, Valevsky, and Linsky). *The Organisational Platform of the Libertarian Communists*, 1926. Reimpressão, Dublin: Workers Solidarity Movement, 2001.
- DIRLIK, A. *Anarchism in the Chinese Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- DUBOFSKY, M. "The Origins of Western Working-Class Radicalism". In: *Labour History* 7, 1966.
- _____. *We Shall Be All: A History of the IWW*. Chicago: Quadrangle Books, 1969.
- ELTZBACHER, P. *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy*, 1900. Reimpressão, Londres: Freedom Press, 1960.
- EPSTEIN, B. "Anarchism and the Anti-Globalisation Movement". In: *Monthly Review* 53, nº 4, 2001.
- FISCHER, A. "Adolph Fischer". In: Albert R. Parsons (org.). *Anarchism: Its Philosophy and Scientific Basis*, 1887. Reimpressão, Nova York: Kraus Reprint Co., 1971.
- FLEMING, M. *The Anarchist Way to Socialism: Elisee Reclus and Nineteenth-Century European Anarchism*. Londres: Croom Helm, 1979.
- FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- FUKUYAMA, F. "The End of History?" In: *National Interest*, verão de 1989.
- GERBER, J. *Anton Pannekoek and the Socialism of Workers' Self-Emancipation, 1873-1960*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.
- GOMBIN, R. *The Radical Tradition: A Study in Modern Revolutionary Thought*. Londres: Methuen and Co., 1978.
- GRAEBER, D. "The New Anarchists". In: *New Left Review* 13, 2002.
- GRAHAM, R. "Preface". In: *Anarchism: A Documentary History of Libertarian Ideas, Volume 1: From Anarchy to Anarchism, 300 CE to 1939*. Montreal: Black Rose, 2005.
- GUÉRIN, D. "Marxism and Anarchism". In: GOODWAY, D. (org.). *For Anarchism: History, Theory, and Practice*. Londres: Routledge, 1989.
- HARMAN, C. *A People's History of the World*. Londres: Bookmarks, 1999.
- HAYEK, F. A. von. *The Road to Serfdom*. Londres: Routledge, 1944.
- HIRST, P. "The Global Economy: Myths and Realities". In: *International Affairs* 73, nº 3, 1997.
- HOBBSAWM, E. *The Age of Capital, 1848-1875*. Londres: Abacus, 1977.
- _____. *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1971.
- _____. *Revolutionaries*. Londres: Abacus, 1993.
- HOLTON, R. J. "Syndicalist Theories of the State". In: *Sociological Review* 28, nº 1, 1980.
- HOPKINS, A. G. "The History of Globalisation – and the Globalisation of History?". In: HOPKINS, A. G. (org.). *Globalisation and World History*. Londres: Pimlico, 2002.
- IVANOVA, G. M. *Labor Camp Socialism: The Gulag in the Soviet Totalitarian System*. Nova York: M. E. Sharpe, 2000.
- JENNINGS J. "The CGT and the Couriau Affair: Syndicalist Responses to Female Labour in France before 1914". In: *European History Quarterly* 21, 1991.
- JOLL, J. *The Anarchists*. Londres: Methuen and Co., 1964.

- KEDWARD, R. *The Anarchists: The Men Who Shocked an Era*. Londres: Library of the Twentieth Century, 1971.
- KRIKLER, J. *Rand Revolt: The 1922 Insurrection and Racial Killings in South Africa*. Cape Town: Jonathon Ball, 2005.
- KROPOTKIN, P. “Anarchism”. In: BALDWIN, R. N. (org.). *Kropotkin’s Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*, 1905. Reimpressão, Nova York: Dover Publications, 1970a.
- _____. “Modern Science and Anarchism”. In: BALDWIN, R. N. (org.). *Kropotkin’s Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*, 1912. Reimpressão, Nova York: Dover Publications, 1970b.
- KRUGMAN, P. “For Richer”. In: *New York Times Magazine*, 20 de outubro de 2002.
- LÊNIN, V. I. “The State and Revolution: The Marxist Theory of the State and the Tasks of the Proletariat in the Revolution”. In: *Selected Works in Three Volumes*, 1917. Reimpressão, Moscou: Progress Publishers, 1975.
- MARSHALL, P. *Demanding the Impossible: A History of Anarchism*. Londres: Fontana Press, 1994.
- MARX, K. *The Gotha Programme*, 1875. Reimpressão, Nova York: Socialist Labour Party, 1922.
- MAURA, J. Romero. “The Spanish Case”. In: APTER, D.; JOLL, J. (orgs.). *Anarchism Today*. Londres: Macmillan, 1971.
- MCNALLY, D. *Against the Market: Political Economy, Market Socialism, and the Marxist Critique*. Londres: Verso, 1993.
- MISES, L. von. *Socialism*, 1922. Reimpressão, Indianapolis: Liberty Classics, 1981.
- MOODY, K. *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. Londres: Verso, 1997.
- NETTLAU, M. *A Short History of Anarchism*, 1934. Reimpressão, Londres: Freedom Press, 1996.
- PERLIN, T. M. *Contemporary Anarchism*. New Brunswick: Transaction Books, 1979.
- ROCKER, R. *Anarcho-Syndicalism*. Oakland: AK Press, 2004.
- RUHLE, O. *The Struggle against Fascism Begins with the Struggle against Bolshevism*, 1939. Reimpressão, Londres: Elephant Editions, 1981.
- SALERNO, S. *Red November, Black November: Culture and Community in the Industrial Workers of the World*. Nova York: State University of New York Press, 1989.
- SAUL, J. S.; LEYS, C. “Sub-Saharan Africa in Global Capitalism”. In: *Monthly Review* 51, nº 3, 1999.
- SCHECHTER, D. *Radical Theories: Paths beyond Marxism and Social Democracy*. Manchester: Manchester University Press, 1994.
- SHAFFER, K. R. *Purifying the Environment for the Coming New Dawn: Anarchism and Counter-cultural Politics in Cuba, 1898-1925*. PhD, University of Kansas, 1998.
- SHIPWAY, M. “Council Communism”. In: RUBEL, M.; CRUMP, J. (orgs.). *Non-Market Socialism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Basingstoke: Macmillan, 1987.
- _____. *Anti-Parliamentary Communism: The Movement for Workers’ Councils in Britain*. Basingstoke, UK: Macmillan, 1988.
- SMART, D. A. (org.). *Pannekoek and Gorter’s Marxism*. Londres: Pluto Press, 1978.
- SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, vol. 2, The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*, 1776. Reimpressão, Indianapolis: Liberty Fund, 1981.

- STATZ, M. (org.). “Introduction”. In: *The Essential Works of Anarchism*. Nova York: Bantam, 1971.
- STEKLOFF, G. M. *History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928.
- STEVIS, D. “International Labor Organizations, 1864-1997: The Weight of History and the Challenges of the Present”. In: *Journal of World-Systems Research* 4, nº 1, 1998.
- THORPE, W. “*The Workers Themselves*”: *Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-23*. Dordrecht: Kulwer Academic Publishers, 1989.
- TROTSKY, L. *Writings of Leon Trotsky, 1936–37*. Nova York: Pathfinder Press, 1975.
- _____. *The Lessons of October*, 1924. Reimpressão, Londres: Bookmarks, 1987.
- TSÉ-TUNG, Mao. “On the People’s Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-eighth Anniversary of the Communist Party of China”. In: *Selected Readings from the Works of Mao Tsetung*, 1949. Reimpressão, Pequim: Foreign Languages Press, 1971.
- UNDP (United Nations Development Programme). *Human Development Report*. Nova York: United Nations, 1996.
- WOODCOCK, G. *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements* (edição revisada com posfácio). Londres: Penguin, 1975.
- YAROSLAVSKY, E. *History of Anarchism in Russia*. Londres: Lawrence and Wishart, 1937.
- YATES, M. D. “Poverty and Inequality in the Global Economy”. In: *Monthly Review* 55, nº 9, 2004.
- ZARROW, P. *Anarchism and Chinese Political Culture*. Nova York: Columbia University Press, 1990.

**** Tradução: Felipe Corrêa. Revisão: Victor Calejon.**

**Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2013.
ithanarquista.wordpress.com**

Nota do tradutor

Este texto constitui a introdução do livro *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* [Chama Negra: a política classista e revolucionária do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária], publicado em 2009, pela editora AK Press, como primeiro volume de uma série de dois, intitulada “Counter-power” [Contrapoder]. Àquela ocasião, o livro foi assinado por Lucien van der Walt e Michael Schmidt. Fiz a tradução desta introdução há alguns anos, publicando-a em 2013 e obedecendo a autoria que constava no original da AK Press.

Entretanto, em função de gravíssimas denúncias contra Schmidt, muitas das quais se provaram verdadeiras, houve um conflito entre ambos os autores, e também dele conosco do ITHA (textos relativos à polêmica podem ser lidos em nosso site – <http://ithanarquista.wordpress.com>). Soubemos, então, que a redação de *Black Flame* era de Van der Walt, e que o segundo volume da série, *Global Fire* [Fogo Global], que nunca foi publicado, era de autoria de Schmidt.

De modo que, como resultado da ruptura entre ambos, o projeto “Counter-power” foi desfeito e o texto de *Black Flame* ficou com seu verdadeiro autor. Por este motivo, modifiquei a autoria desse texto no início de 2020, deixando-a apenas como de Van der Walt.